



Limites e Possibilidades da Democracia no Ciberespaço: Uma Análise Sobre a Militância Feminista na Rede

Mayara Larissa Benatti da Silva¹

Resumo

A militância online realizada a partir das redes sociais potencializa discursos pessoais com o intuito de desabafar, denunciar e refletir. Dentre as redes sociais utilizadas, o *Twitter* possui grande destaque para o ativismo feminista em campanhas com uso de *hashtags*. Apresentamos um estudo sobre as *hashtags* #MeToo e #DeixaElaTrabalhar, as quais nasceram após casos de abuso e assédio sexual e o conteúdo delas gira em torno da exposição destes ocorridos, a partir de relatos pessoais. Além da análise documental, apresentamos pesquisa empírica com entrevistadas de Maringá-PR e região e buscamos responder a seguinte pergunta: como acontece a circulação de ideias feministas no ciberespaço? Discorreremos sobre a quebra do silenciamento histórico das mulheres, diminuição de custos/tempo, visibilidade de temas como assédio e abuso sexual, entre outras questões. Trazemos discussões sobre discurso de ódio, o conservadorismo no atual momento político e a dificuldade do feminismo dialogar com todas as mulheres.

Palavras-chave: ciberativismo; democracia; feminismos.

Limits and Possibilities of Democracy in Cyberspace: An Analysis of Feminist Militancy in The Network

Abstract

The online militancy carried out from social networks enhances personal speeches with intention to unburden, denounce and reflect. Among the social networks used, Twitter has great prominence for feminist activism in campaigns using hashtags. We present a study on the hashtags #MeToo and #DeixaElaTrabalhar, the latter born after cases of abuse and sexual harassment and the content of them revolves around the exposure of these occurrences, starting from personal reports. In addition to the documentary analysis, we present empirical research with interviewees from Maringá-PR and region and we seek to answer the following question: how does the circulation of feminist ideas in cyberspace occur? We discuss about the breaking of historical women's silence, reduction of costs/time, visibility of issues such as harassment and sexual abuse, among other issues. We bring discussions about hate speech, conservatism in the current political moment and the difficulty of feminism to dialog with all women.

¹ Universidade Estadual de Maringá-UEM, Mestra em Ciências Sociais e Comunicóloga em Múltiplos Meios, e-mail: benattimayara@gmail.com.

#DeixaElaTrabalhar, which were born after cases of sexual abuse and harassment and their content revolves around the exposure of these occurred, from personal reports. In addition to documentary analysis, we present empirical research with interviewees from Maringá-PR and the region and seek to answer the following question: how does the circulation of feminist ideas take place in cyberspace? We talked about breaking the historical silencing of women, reducing costs/time, visibility of topics such as sexual harassment and abuse, among other issues. We bring discussions about hate speech, conservatism in the current political moment and the difficulty of feminism to dialogue with all women.

Keywords: cyberativism; democracy; feminisms.

Introdução

As redes sociais transformaram de maneira significativa a forma como as comunicações interpessoais acontecem. Elas permitem a conexão entre as pessoas conectadas, possibilitando a troca e a circulação de informações. Assim sendo, ferramentas *online* que permitem produções pessoais se tornaram parte fundamental dentro da militância, já que possibilitaram o encontro de grupos com interesses em comum, sem barreiras geográficas. O ciberespaço colaborou de maneira muito significativa no que diz respeito à diminuição de custos, o que permitiu que uma parte das ativistas lutem em prol de suas causas sem mesmo se deslocar, possibilitando o engajamento em causas que talvez não fosse possível sem essas tecnologias. Também o ciberativismo feminista, além de outros ativismos, encontrou nesses espaços online uma maneira de potencializar discursos pessoais contendo denúncias, opiniões, desabaços, entre outras produções e compartilhamentos de conteúdos personalizados e individuais. Entre as diversas redes sociais presentes neste contexto, o *Twitter* está entre as de maior destaque. Afinal, foi criado exclusivamente para a militância em 2004 e mesmo tendo mudado bastante de lá até os dias atuais, continua tendo esse DNA ativista e já foi instrumento para diversas manifestações ao longo dos anos (COSTA, 2018, p. 43). Após um ocorrido de destaque, tem sido comum que as feministas se articulem e

façam protestos no *Twitter* contando com a ajuda primordial das *hashtags*, que organizam todos os posts realizados acerca daquele tema, sendo possível a pesquisa mesmo sem ter uma conta na rede. Para que um assunto alcance notoriedade rapidamente, são organizados os chamados tuítaços (no Brasil), os quais consistem em tentar “subir” uma *hashtag* e levá-la ao conhecimento público, para que atinja o maior número de pessoas informadas sobre o assunto e, se possível, também engajadas.

No entanto, nota-se que o ciberativismo feminista atinge poucas mulheres. Nota-se também, que em casos de denúncias sobre assédio ou abuso sexual, a tática do boicote ao abusador raramente acontece. Nesse ambiente tudo pode ser efêmero e logo cair em esquecimento. Por outro lado, a busca incessante por um culpado nessas denúncias não parece ser efetiva no que diz respeito a diminuição de casos de assédio e abuso. Isso porque na internet podem surgir boatos caluniosos que tomam proporções desastrosas na vida de algumas pessoas. O cancelamento tem sido uma tática comum para esse tipo de militância e ocorre a partir da exposição de uma pessoa por conta de uma postagem ou conduta realizada, seja na vida *offline* ou *online*. Pessoas com perfis de grande alcance são as mais atingidas, no entanto, qualquer pessoa, anônima ou com grande visibilidade, está sujeita a sofrer um cancelamento. É nítido que o linchamento virtual não tem sido a melhor tática para lidar com casos de abusos e assédios. Entre as grandes conquistas deste tipo de enfrentamento, destaco duas. A primeira seria a de alertar outras mulheres sobre um potencial perigo em relação à uma determinada pessoa, o que pode ser um grande passo para a segurança das mulheres. A segunda seria a possibilidade das vítimas de abuso e assédio terem um espaço para falar, se assim desejarem, sobre a experiência que vivenciaram. No entanto, em meio à boatos e cancelamentos por qualquer tipo de conduta, o linchamento virtual tomou proporções que precisam ser repensadas.

Apesar destes limites apresentados pelo cenário, é possível deduzir que o espaço das redes sociais é potente no que diz respeito a

trazer mais voz para as mulheres feministas e que é um espaço poderoso para se expressar sobre situações envolvendo machismo. Especialmente porque antes muito pouco se falava sobre abuso e assédio sexual, o que leva a crer que a presença do movimento nas redes sociais descortinou para a questão destes problemas. Ainda, é possível avançar no conceito de democratização no que diz respeito ao maior acesso à informações que se divulgam com facilidade nos ambientes *online*.

Ao articular essas reflexões, proponho um trabalho que dialoga entre a produção teórica feminista e também a vivência da luta política feminista e suas intersecções. Bell Hooks argumenta que no presente momento do feminismo dos Estados Unidos, a teoria feminista produzida na universidade vem perdendo o vínculo com a luta feminista, podemos afirmar que o mesmo acontece no cenário brasileiro. Portanto, é necessário recuperar esse elo e afirmar um cenário em que exista a integração entre pensamento crítico e experiência concreta; e também reconhecer que ideias críticas exercem impacto na experiência cotidiana (HOOKS, 2019, p. 95). A autora também reforça que para que isso seja possível, é preciso criar estratégias para que a teoria seja acessível. Durante muito tempo as produções teóricas feministas foram justamente criticadas por serem inacessíveis e por se pautarem em um discurso de autoridade, no qual apenas uma visão universalista e eurocêntrica era abordada. Essas abordagens são problemáticas pois reforçam a perpetuação do sistema de dominação branco e ocidental. A consequência desse cenário foi o distanciamento da experiência concreta e da teoria e atualmente partes do movimento feminista produzem sua luta de forma a negar o que é produzido pela teoria. Não existem fórmulas para conseguir a aproximação entre a vivência e a teoria acadêmica, mas é possível trabalhar com uma linguagem acessível, ainda que atendendo aos rigores acadêmicos. E mesmo que a escrita seja um dos principais meios de se reproduzir o saber científico, não é o limite. Existem muitas formas de repassar o conhecimento de forma acessível, começando pela escrita e chegando até em conversas

cotidianas. Desta forma, é possível que vivência e teoria não sejam extremos opostos.

O presente trabalho tem como objeto de estudo duas *hashtags* feministas que se encaixam nesse contexto. A maior delas, *#MeToo*, nasceu em setembro de 2017 e se tornou internacionalmente conhecida no ciberespaço após a série de denúncias contra Harvey Weinstein, um famoso produtor cinematográfico estadunidense, o qual tornou-se famoso por produzir filmes como *Pulp Fiction* e *Shakespeare Apaixonado*. O produtor foi denunciado por agressão sexual e estupro por diversas mulheres de Hollywood, o que causou uma comoção a nível global, especialmente no Twitter. Para trazer a discussão ao contexto nacional, selecionei também a *hashtag* *#DeixaElaTrabalhar*, mais recente que a anterior, nascida em março de 2018, inserida no ciberespaço após o assédio sofrido pela repórter Bruna Dealtry durante uma cobertura de um jogo de futebol, por um torcedor. *#DeixaElaTrabalhar* evidenciou o assédio sexual sofrido por repórteres esportivas e também abriu o debate sobre o assédio no local de trabalho, mais especificadamente em um ambiente de domínio masculino, como é o futebol e outros esportes. As duas *hashtags* apresentam semelhanças, primeiro por surgirem da mesma faceta do machismo: o assédio sexual; e também por esses assédios terem acontecido no ambiente de trabalho das mulheres que os denunciaram. Desta forma, o presente trabalho pretende analisar, entre limites e possibilidades, como esse tipo de ativismo tem sido efetivo, como colabora com noções de democracia e participação, se as ativistas sentem que o ciberativismo luta contra o silenciamento histórico das mulheres e também propor reflexões sobre ciberativismo e feminismos.

A ferramenta online *Netlytic*² foi utilizada para documentar uma amostra de *tweets* de cada uma das *hashtags* propostas. Desta forma será

² É uma ferramenta *online*, utilizada para captar postagens de diversas redes sociais. A ferramenta atua captando apenas postagens públicas, ou seja, aquelas quais os usuários permitem estar em modo público. Ideal para ser utilizadas em pesquisas de estudos de casos, entre outros. Mais informações sobre em: <https://netlytic.org/>

possível proceder com as análises já especificadas. Além de utilizar os *tweets*, o presente trabalho também se propôs a realizar entrevistas com algumas ciberativistas da região de Maringá-PR. As entrevistas foram pensadas para trazer a experiência viva de diferentes mulheres, em diferentes locais de fala e com visões diferenciadas do ciberativismo e dos feminismos. A escolha de entrevistar mulheres dessa região veio para pensar o ciberativismo feminista a nível local e para que fosse possível entrevistá-las pessoalmente. Dito isto, a partir dos *tweets*, entrevistas e do que a bibliografia disponibiliza sobre o tema, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: como acontece a circulação de ideias feministas no ciberespaço? Pensando também no conceito de democratização, este vai além de apenas entrar em contato com o feminismo, mas diz respeito à possibilidade de se aprofundar no assunto, seja por meio de materiais que são disponibilizados nas redes, encontros com outras mulheres para o compartilhamento de vivências, acesso à discussões que não seriam vistas em outros lugares, entre outras situações semelhantes.

Ao trabalhar os diferentes tipos de feminismos, o trabalho busca trazer a perspectiva feminista a partir do olhar interseccional³ e decolonial⁴. É importante salientar também que quando falamos em feminismos no plural é porque o presente trabalho pensa e discute o movimento não a partir de um olhar universal, o qual pressupõe que a categoria mulheres está disposta de forma horizontal. Não é possível definir um "nós" como categoria universal quando falamos em feminismos, já que essa ideia esvazia a pluralidade de mulheres. Um

³ Trabalho com a ideia de feminismo interseccional como abordagem que intersecciona outras opressões juntamente à opressão de gênero. São elas, principalmente, raça e classe, no entanto nos feminismos atuais outras questões são trazidas, como por exemplo sexualidade, maternidade, colonialidade, corpos não normativos ou *queer*, entre outras identificações. Portanto, a ideia de feminismo interseccional não aparece como uma vertente, mas sim uma abordagem.

⁴ Quando falamos em olhar decolonial, pensamos primeiramente no conceito de colonialidade do poder desenvolvido por Anibal Quijano, o qual questiona a produção epistêmica eurocêntrica como universal. Já o feminismo decolonial relaciona esse conceito com as opressões de gênero e busca construir uma identidade pautada nas especificidades dos países colonizados. Neste trabalho diálogo com a autora argentina Maria Lugones, a qual faz essa discussão a partir das especificidades da América Latina.

ponto importante a ser levado em consideração no trabalho será a capacidade de, no lugar social mulher, aprender com outras mulheres e suas experiências múltiplas, como Lugones (2014, p. 948) propõe.

O presente trabalho é dividido em duas seções. A primeira, *Democracia e participação na rede*, cobre uma revisão bibliográfica sobre o tema, construindo um percurso teórico. A análise parte da discussão de como o ativismo acontece no ciberespaço e traz discussões sobre democracia e participação dentro da rede. O objetivo neste capítulo é analisar o que leva as ativistas a se engajarem nas *hashtags*, se acreditam que um *tweet* é uma forma de se expressar democraticamente e se consideram importante essa forma de participação para a efetividade do ativismo. Busca-se, ainda, trazer a discussão sobre o silenciamento histórico das mulheres, elencando o fato de que as redes sociais também podem ser espaços propícios para a propagação de discursos de ódio, especialmente, neste caso, os misóginos. A forma como a Constituição Brasileira de 1988 aborda o tema liberdade de expressão faz-se presente neste capítulo. A teoria feminista sobre a dicotomia público e privado também é explorada no capítulo.

A segunda seção, *Movimentos feministas e ciberativismos*, discorre sobre o lugar de fala, apresenta-se as ciberativistas entrevistadas e faz-se aproximações entre a teoria e a vivência dessas mulheres. Ainda, é feito um breve contexto sobre o atual momento dos feminismos, trazendo a discussão sobre as ondas do feminismo, tornando nítido o papel da internet para a chamada quarta onda do feminismo, em quais lugares está presente e também apresentar as diferenças com as ondas anteriores, focando no papel do ciberativismo para a mesma. Irei avançar no conceito de ciberativismo, já discutido brevemente no primeiro capítulo, porém a partir de um olhar do que trouxe de mudanças no que diz respeito aos feminismos, apontando os bônus e ônus dessa forma de ativismo, fazendo aproximações também com os *tweets* coletados. Desta forma, pondera-se limites e potencialidades dessa modalidade de ativismo a partir dos dados documentados, empíricos e a bibliografia estudada. A partir disso é possível traçar

algumas considerações e perspectivas acerca do ciberativismo feminista e o contexto atual. Sendo assim, será possível refletir sobre caminhos futuros para essa modalidade de ativismo feminista.

Democracia e participação na rede

Quando se pensa em maneiras de exercer a democracia e a participação logo vem em mente o modelo de esfera pública construído por Jürgen Habermas (1984;1997). O autor considera a esfera pública como uma arena não formal onde são debatidos assuntos de interesse geral e onde opiniões podem ser formadas. Essa participação é considerada primordial para a efetividade do conceito de democracia deliberativa. Para Habermas a comunicação informal é importante para o debate sobre questões públicas e demandas a serem enviadas ao corpo administrativo. O ponto central deste capítulo é entender as redes sociais enquanto espaços propícios para a formação de esferas públicas e refletir sobre os conceitos de democracia e participação na rede a partir dos objetos propostos. Lembrando que utilizarei o conceito de esferas públicas no plural, por problematizar posteriormente o conceito constituído por uma única e universal esfera pública, consequentemente pensando para o ideal de um sujeito neutro e universal.

Uma autora que apresenta críticas consistentes a Habermas é Iris Marion Young, a qual reconhece a importância do modelo de esfera pública e a teoria de ação comunicativa constituídos por Habermas, mas que problematiza as dicotomias presentes nessas teorias. (YOUNG, 2012, p.196). O público é considerado para o autor diretamente ligado à razão, enquanto o privado é relacionado aos sentimentos e desejos. Essa separação é bem presente em suas teorias e define que um sujeito racionalizado está necessariamente separado de suas necessidades, desejos, sentimentos e todo o conjunto de definições atribuídas e relacionadas à esfera privada. Pensando nisso, outra autora que defende a desconstrução dos ideais de imparcialidade e universalidade é Anne

Phillips, a qual defende que a neutralidade é impossível e impraticável, visto que não é possível que alguém abandone seu corpo e suas características visíveis ao entrar na arena pública (PHILLIPS, 2011, p. 341).

Essas análises certamente trazem novas reflexões sobre a democracia para além do Estado. Mas, afinal, o que é democracia? Esta é uma questão complexa e controversa, já discutida amplamente e com muitas interpretações diferentes, como aponta Anthony Giddens (1999). A definição do autor tem como um de seus pilares a liberdade civil: “[...] liberdade de expressão e discussão, juntamente com a liberdade de formar grupos ou associações políticas e de neles ingressar.”. Desta maneira, a formação de grupos com interesses em comum, bem como a articulação das participantes com o objetivo de reivindicar um direito, expor um problema ou discutir sobre algum tema, podem configurar, a priori, como práticas democráticas.

O contato com o objeto analisado, as *hashtags* #MeToo e #DeixaElaTrabalhar, proporciona reflexões sobre como a democracia se articula na rede, especialmente no que diz respeito ao conceito estar diretamente ligado à liberdade de expressão e discussão. Discutir, desabafar, reivindicar e expor um tema como é o abuso sexual, tema central das duas *hashtags* propostas, certamente demonstra que os espaços *online* se mostraram, de alguma forma, como espaços onde é possível que até mesmo esses temas sensíveis sejam abordados e discutidos amplamente. Isso revelou também o quão urgente era a reivindicação pelo ato de expor funciona também como uma barreira imposta contra o silenciamento histórico das mulheres. Abaixo, alguns exemplos de *tweets* coletados da *hashtag* #DeixaElaTrabalhar que ilustram a reivindicação após um assédio ocorrido no Estádio Mineirão:

Então quer dizer que aquela hashtag #deixaelatrabalhar no @Mineirao é só marketing? #deixaeleassedi

Ei @Mineirao, como é fazer campanha contra assédio e ao mesmo tempo manter funcionário que assediou funcionárias?

É constrangedor. Desrespeitoso. E, no mínimo, revoltante que um Estádio que tem como slogan #deixaelatrabalhar mantenha silêncio em relação a um caso de assédio ocorrido na empresa por um funcionário em uma festa para a equipe.

Mesmo que as hashtags estudadas tenha nascido em momentos específicos, a finalidade de uso pode variar de acordo com acontecimentos do momento. No caso de #DeixaElaTrabalhar, a campanha se estende às situações de assédio e abuso sexual que envolvem o universo dos esportes, seja vivenciado por trabalhadoras ou torcedoras. Já a hashtag #MeToo concentra denúncias ligadas ao mercado do entretenimento, mas não se restringe somente a ele, visto que as denúncias de mulheres famosas inspiraram mulheres anônimas a denunciarem ocorridos de suas vidas pessoais também. Abaixo, alguns exemplos de tweets coletados da hashtag #MeToo:

Eita preula 😏! Datena vai ter q rebolar pra se defender... Será q virão outras repórteres denuncia-lo tb, tipo um #MeToo da Band?

Vai começar o #MeToo da imprensa brasileira? Podia! Falta muita coisa na área, mas machismo tem de sobra. Escrotidão também.

ñ adianta ir pra marchas das mulheres, apoiar o #MeToo e Times Up, dar seu número no global citizen e depois fazer filme com abusador, ele merece boicote é assim que se trata abusador, a indústria continua insistindo nele porque tem gente que não se incomoda em trabalhar com ele.

Em A Mãe de Todas as Perguntas, Rebecca Solnit escreve um ensaio dedicado à reflexão sobre as diversas maneiras de silenciamento das mulheres. A autora faz uma defesa sobre o poder da fala e de contar a própria história, dizendo que ter voz é fundamental. Afinal, se uma mulher não conta pelo que passou, não traz aos ouvidos alheios a sua história e, assim sendo, não pode ser ouvida. A voz, ainda, não diz respeito apenas ao ato de falar, mas também de se posicionar perante alguma situação, participar ativamente, reivindicar ou até mesmo sobre ter o direito de não falar em algumas situações. Tudo isso faz parte do

que a autora considera como a ideia de voz ampliada para a ação. Dessa forma, é possível compreender que o silenciamento ocorre de diversas maneiras, não somente no que diz respeito exclusivamente a voz (SOLNIT, 2017, p. 30).

Apesar das barreiras impostas pelo silêncio, a possibilidade de expor reivindicações na internet se tornou uma maneira de romper, ainda que com limites, esse silenciamento. No trecho “O silêncio e a vergonha são contagiosos; a coragem e a fala, também.”, Solnit aponta que a internet e as redes sociais têm construído uma poderosa rede de apoio entre mulheres. Portanto, quando uma mulher, a partir de sua experiência individual, apresenta uma denúncia ou desabafo sobre algo a partir do uso de uma *hashtag*, um dos efeitos que pode ocorrer é o de contagiar outras mulheres a fazer o mesmo. Se a premissa para que o silêncio deixe de existir e dê lugar a voz é que existam as condições ideais para isso, o fato de uma mulher (ou mais) tomar a iniciativa e falar sobre si, especialmente quando cabe a reivindicação de um direito, pode desempenhar um papel fundamental na quebra do silêncio. Se o silêncio foi um dos responsáveis pela longa perpetuação da cultura do estupro, ainda resistente atualmente, o ato de expor a sua versão da história pode fazer as coisas caminharem.

Apesar de todos os avanços vindos a partir da quebra do silêncio a partir do ciberativismo, que como consequências positivas resultou em empoderamento, acesso à informação, entre outros, as redes sociais passam também pelo oposto. A autora pontua que tentativas de silenciamento persistem na rede e claramente isso não parece ser uma surpresa. Campanhas com uso de *hashtags* se tornam alvo de ataques apropriando-se da *hashtag* ou ainda, atacando as ativistas e utilizando as falas divulgadas nos espaços virtuais, para o silenciamento. De fato, os espaços públicos em sua homogeneidade são marcados pela exclusão de diversos grupos sociais, entre eles, mulheres e entre as mulheres, outras tantas categorias que permitem a intersecção, como já pontuado. Nos espaços online, onde basta ter um perfil em uma rede social para

dizer algo, até mesmo sem a necessidade de se identificar, não seria diferente.

Para discorrer sobre o silenciamento histórico das mulheres, a discussão sobre a dicotomia público-privado apresentada e já muito discutida pela bibliografia feminista pode ser útil para compreender melhor os motivos da existência e resistência desse silenciamento. Essa relação é contestada por trazer uma universalidade para a esfera pública, a qual define que alguns assuntos e experiências deveriam estar na esfera privada e, assim sendo, não seriam políticos. O modelo composto por uma única esfera pública universal, que na verdade é construído pensando em um sujeito homogêneo implica na exclusão de diversos grupos. Ideais de razão, impessoalidade, neutralidade e universalidade compõem o ideal de esfera pública, enquanto relações familiares, afetivas e outras relações de caráter pessoal e íntimo ficam restritas à esfera privada.

A contribuição dessa discussão ainda se faz presente nos atuais estudos feministas e especialmente no presente trabalho. O principal tema ao qual as *hashtags* propostas giram em torno, a exposição de um assédio sexual, nos revela que alguns assuntos vistos como privados não devem permanecer na esfera do privado. Reivindicações como são as das *hashtags* propostas nos convidam a perceber a necessidade de se falar sobre o que acontece e a urgência em ser ouvida. Temas que envolvem a vida íntima não são invioláveis e estão dia após dia sendo reivindicados.

O ideal da imparcialidade prejudica no avanço de uma sociedade mais democrática (YOUNG, 2000, p. 193). Isso porque a universalidade é impossível de ser atingida, visto que esse ideal está carregado parcialidade. Se apenas alguns grupos privilegiados têm acesso a decisões, grupos oprimidos perdem o direito às suas próprias vozes. Dessa forma, quando uma mulher decide expor uma situação que está acontecendo em sua vida privada, como é o caso de uma denúncia de assédio, ou mesmo apoiar outras mulheres que estão

denunciando, de repente, surgem vozes dizendo que aquele discurso não pode fazer parte daquele lugar, que aquela mulher não tem o direito de falar.

A cada momento em que uma mulher denuncia uma situação de opressão, reivindica por um direito ou resolve contar a sua história por si mesma, aparece um discurso alegando que isso significa pedir por privilégios. O ideal arraigado da imparcialidade é responsável pelo surgimento de muitos discursos de ódio despejados contra as minorias.

A redefinição do conceito de política foi uma das maiores contribuições da segunda onda do feminismo, com o slogan "O pessoal é político", as feministas dessa onda buscavam reivindicar que temas antes delimitados à esfera privada fossem reivindicados na esfera pública. As relações, antes concebidas como íntimas e pessoais, passam a ser vistas como relações de poder e, portanto, carregadas de política. A partir disso, podemos perceber que as críticas a dicotomia entre público e privado, além de redefinirem o conceito de política, redefiniram também o conceito de democracia. Para além da noção de um Estado democrático, essas discussões trouxeram à luz questões sobre a democratização das relações cotidianas e tantas outras especificidades do que estava escondido por trás do véu da esfera privada. Trata-se, portanto de democratizar a participação política a partir da constituição de um público heterogêneo.

Como pensar o fazer político feminista nas redes

Com o passar dos anos, especialmente após os anos 2000, a internet se tornou uma poderosa ferramenta política, visto que atribuiu poder à população que possui acesso a rede. Esse poder se configura na possibilidade de autonomia na produção de conteúdo, o que é um grande potencial democrático e vem sido discutido constantemente em bibliografias que tratam o assunto. No caso do presente trabalho, cabe demonstrar a partir do objeto proposto, a mudança no ativismo convencional, para um ciberativismo. Este ciberativismo mantém as

características essenciais, mas ao mesmo tempo se transforma e cria novas relações. Para exemplificar, podemos citar a rapidez com que uma notícia de assédio se propaga nesse ambiente, ao mesmo tempo em que proporciona engajamento nos debates acerca do tema e mobiliza uma quantidade de pessoas com tamanha rapidez que é difícil imaginar como aconteceria sem a ajuda deste ambiente.

O chamado ciberativismo pode ser conceituado como “a utilização da internet (e outras hipermídias) por movimentos politicamente engajados nas lutas contra injustiça e exclusão que ocorrem também na própria rede” (PAIVA; SILVA, 2013, p. 2). Estar politicamente engajado significa que se está fazendo algo para mudar ou reivindicar a mudança e estando em rede, esse processo pode ser colaborativo e partir de inúmeras pessoas ao mesmo tempo, da mesma forma em que é uma reivindicação pessoal. Algumas bibliografias têm definido essa ação na rede como conectiva, com caráter fragmentado e individualizado, diferentemente de ações políticas tradicionais coletivas. W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012) são autores que pensam a ação política nas redes sociais de duas maneiras. A primeira enquanto ações coletivas, já sendo um conceito familiar, e que nas redes sociais se manifestam a partir da existência de organizações bem estruturadas, com dinâmicas centrais bem definidas, nas quais o compartilhamento de conteúdos a partir das mídias digitais não alteram a lógica central dos movimentos. Ou seja, suas pautas já são previamente estabelecidas por uma liderança e as redes sociais atuam a partir do compartilhamento de conteúdos referentes a essas pautas/ações. A segunda maneira de pensar a ação política nas redes sociais para estes autores é a partir do conceito de ação conectiva. Este tipo de ação parece ser o mais comum nestes ambientes e se manifesta a partir da criação ou compartilhamento de conteúdo personalizados. A diferença é que na ação conectiva não existe o pressuposto de uma identidade coletiva ou organizações que possam centralizar as ideias compartilhadas em ações. A ação conectiva parte do princípio de que qualquer pessoa pode compartilhar ideias, começar campanhas online

e desabafar sobre algo que aconteceu a nível individual ou coletivo. Esse tipo de ação se difere, portanto, da ação coletiva tradicional, já que não apresenta os elementos considerados necessários para a ideia de ação coletiva, no que diz respeito ao que a bibliografia tradicional considera parte dos movimentos sociais.

A partir desta reflexão fica nítido que não é possível considerar que houve apenas uma mudança nos ativismos no que diz respeito à plataforma. A presença dos ativismos nas redes sociais requer análises que pensem a ação política como transformada em relação às tradicionais. É preciso pensar essas ações lembrando-se que, muitas vezes, não existe um centro. A ação é fluída, não se sabe onde começa, onde termina e é imprevisível saber até onde pode chegar. Se espalha a partir da divulgação desses conteúdos personalizados e pode atingir níveis inimagináveis de engajamento, ao mesmo tempo em que posteriormente, como apontam algumas bibliografias, tende a se desfazer. Ao mesmo tempo, existe também o debate se as redes seriam de fato voltadas à coletividade ou se esses espaços são destinados ao individualismo. Zygmunt Bauman, conhecido por teorizar sobre a liquidez da sociedade e das relações nela existente, aponta que não é possível o fazer e existir em comunidade dentro da rede (BAUMAN, 2011). Um autor com um pensamento oposto ao de ação individualizada é Manuel Castells, o qual vê na ação dentro da rede um potencial aglutinador e propício para mudança. Isso porque toda ação individual ou coletiva é motivada por uma emoção. No caso dos objetos deste estudo, são *hashtags* motivadas pela raiva, medo, vergonha, entre outras emoções, as quais o autor descreve como pilares para a ação política. O medo, apesar de paralisar e levar a evitar situações desaparece a partir do compartilhamento em grupo e identificação com outras pessoas. Já a raiva atua levando os indivíduos a assumirem riscos e atuarem ativamente em movimentos, gerando assim outro sentimento que é capaz de produzir a mudança social (CASTELLS, 2013, p. 160). Ao mesmo tempo, é necessário ponderar que o efeito possivelmente emancipatório e democrático das redes sociais da internet não podem

estar deslocados do contexto, da política e a partir disso, do uso que é possível fazer delas considerando tais questões.

Os efeitos de como elas são usadas são definidas pelo tipo de contextos políticos nos quais eles estão sendo usados. Pela mesma razão, os potenciais democráticos da internet não são definidos pela tecnologia por si mesma, mas pela capacidade de diferentes movimentos políticos de organizar-se de formas que produzam coalizões políticas e organizações concretas que podem efetivamente desafiar instituições sociais não-legítimas e substituí-las por novas instituições mais democráticas. Pensar de outra forma é sucumbir à filosofia política burguesa de acordo com a qual as instituições sociais existentes são basicamente sadias e o que é necessário é somente uma comunicação melhor e mais democrática (AMPUJA, 2015, p. 64).

Portanto, o uso das redes sociais para fomentar a luta política e maneiras de se exercer a democracia para além do estado, encontra também a repressão constante que, sendo existente fora dos espaços *online*, se perpetua também nesses.

A partir daqui podemos avançar no conceito de liberdade de expressão. O conceito significa que é direito de qualquer pessoa expressar livremente opiniões e ideias, ainda que isso vá contra os direitos de outra pessoa ou de um grupo de pessoas? Até onde vai o direito pessoal de se manifestar, pensando que uma opinião ou ideia pode invadir o espaço alheio? O art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, o qual diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, nos parágrafos IV e X, prevê que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Não fica explícito na Constituição o que seria a livre manifestação do pensamento e tampouco, o que seriam violações à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. No entanto, sendo invioláveis tais direitos, qualquer pessoa que tenha o entendimento subjetivo que houve violação, tem o amparo legal para que sejam tomadas as medidas legais. Ainda assim, caso essas violações ocorram na internet o processo para que medidas legais sejam tomadas é dificultado. Segundo a constituição o anonimato também é uma violação aos tais direitos, mas quais as saídas quando pessoas se escondem atrás de perfis fakes na internet para disseminar discursos de ódio? Quais providências legais podem ser tomadas nesses casos?

Após diversos episódios de denúncias de misoginia na rede, o amparo surgiu com a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), que criou o projeto de lei 4614/16, o qual foi aprovado em dezembro de 2017. O projeto resultou na lei 13.642, aprovada em abril de 2018. A lei autoriza a Polícia Federal a investigar crimes de ódio contra mulheres, praticados por meio da rede. São considerados crimes contra mulheres qualquer difusão de conteúdo misógino, os quais são os que propagam ódio e aversão às mulheres. A definição da própria lei:

VII - quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Pela primeira vez a palavra "misógino" apareceu em uma lei brasileira. E o que isso pode significar para o movimento feminista como um todo no Brasil? Talvez um começo para que mais mulheres, ao serem atacadas na internet por meio de discursos de ódio, possam se sentir acolhidas e não silenciadas, de alguma forma. Certamente é uma conquista a ser celebrada pelo movimento feminista e é algo que surgiu

a partir da atuação e resistência do movimento especialmente feito nas redes sociais. A existência da lei certamente é uma maneira de resistir contra o silenciamento causado pelos discursos de ódio.

Apesar da importância dessa lei, é válido lembrar que o sistema punitivista do contexto brasileiro também deve ser questionado, afinal, da maneira como funciona, sabemos quem será punido. Para além da aplicação desta lei no caso de discursos de ódio, é preciso avançar sobre o conceito do punitivismo em geral dentro dos movimentos feministas.

Especialmente quando fala-se sobre assédio e abuso sexual, sabemos que em sociedades racistas como a brasileira, o mito do homem negro estuprador pode tomar proporções gigantescas. E quando pensamos na maneira como a difusão da informação acontece nas redes sociais, a busca por um culpado em uma denúncia é tão imediata como a exposição de um fato ocorrido. Davis (2017, p. 45) aponta para a necessidade de desconstruir o que essa socialização racista aponta como sendo uma causa biológica para o estupro e partirmos para uma análise mais complexa. Quando consideramos que o estupro é fruto das estruturas complexas de opressão da sociedade, e essas envolvem machismo, racismo, LGBTfobia, entre outras questões, percebemos que tratar essa questão apenas a partir da busca por um único culpado não faz muito sentido, tampouco evita que novos estupros aconteçam. Portanto, a simplista ótica do punitivismo não traz mais liberdade e democracia para a sociedade como um todo. A punição não faz com que esses crimes deixem de acontecer. Pelo contrário, traz uma falsa sensação de que os problemas estão distantes e trancafiados. Apesar disso, um marcador importante do ativismo em rede é que muitas militantes não procuram, de fato, que haja uma punição. Muitas vezes, o espaço de fala, a voz que se conquista nesses espaços, após tanto silenciamento em outros, essa sim é o fator de diferença, o que pode significar uma conquista emancipatória, o que nos leva a refletir a rede como espaço propício para práticas democráticas.

Existe uma luta constante entre o silêncio e o rompimento deste silêncio, e que está longe de acabar. Essa luta se faz necessária diariamente e o caminho está em ouvir outras mulheres, aprender com elas e fazer ouvir a própria voz. É um processo de desconstrução e construção. Desconstrução de décadas de silêncio, leis, políticas e tantas estruturas e convicções enraizadas. Construção de formas e espaços de fala, transformação de leis para que se adequem a esse cenário, reinvenção dos conceitos de democracia e política.

Movimentos feministas e ciberativismos

O chamado lugar de fala é um conceito surgido há mais de 30 anos, mas popularizado no Brasil pelos novos feminismos há pouco. É possível afirmar que desde o discurso proferido por Sojourner Truth na Convenção de Direitos da Mulher em 1851, nos Estados Unidos, o universalismo do feminismo tem sido questionado por militantes e também pelas produções acadêmicas feministas. "E eu não sou uma mulher?", a frase marcante deste discurso ainda ecoa nos dias atuais e se faz necessária constantemente. Precisamos nos perguntar quem é a mulher universal à qual parte da produção acadêmica feminista, ou militante, se refere ao denunciar opressões de gênero. Durante muito tempo o movimento feminista buscou categorizar as mulheres, plurais e diversas, em uma única categoria, o que resultou na visão de mulheres dissidentes em "outras", vistas como exóticas, fetichizadas e até mesmo selvagens por parte do movimento. De fato, como já apontado na introdução dessa produção, é preciso desfazer-se da categoria mulher como universal, como unidade e do feminismo enquanto hegemônico. É preciso refletir sobre as diferenças e não tentar apagá-las. Tornar as diferenças entre as mulheres visíveis dentro do movimento feministas não significa uma desunião do movimento, mas significa apontar que as diferenças são marcadores que interessam ao falar sobre as opressões, é preciso entender que a opressão de gênero se intersecciona com outras opressões. De acordo com Heloisa Buarque de Holanda, essa é uma

questão de *framing*, de enquadrar a localização de quem fala e buscar pelo fim da mediação, assim, garantir a autorepresentação discursiva (HOLANDA, 2018, p. 246). Para o conceito do lugar de fala, a descolonização epistemológica acontece quando damos importância também para a identidade, já que localizações diferentes produzem experiências diferenciadas (RIBEIRO, 2017, p.29). Apesar da popularização desse conceito e da aparente abertura dentro dos movimentos feministas em ouvir mais umas às outras, o caminho para realmente ouvirmos e aprendermos mais umas com as outras dentro do feminismo ainda é longo.

Neste contexto em que apresentar o local de fala faz diferença, apresentamos então as entrevistadas desta pesquisa. São elas: Mulher-Potente, Mulher-Transgressora, Mulher-Força e Mulher-Resistência. A escolha destes nomes políticos é justificada para elevar o substantivo mulher, que constantemente é utilizado em xingamentos misóginos. Neste contexto busca-se ressignificar o substantivo mulher e também define um pouco as entrevistadas, mas sem limitá-las à apenas isso. Mulher-Força é branca, cisgênero, jovem, mãe, empreendedora, heterossexual e possui ensino superior incompleto. Mulher-Potente é negra, cisgênero, meia-idade, mãe, professora, mestra e heterossexual. Mulher-Resistência é branca, cisgênero, jovem, autônoma, possui ensino superior completo e lésbica. Mulher-Transgressora é branca, travesti, jovem, mestra, trabalha com vendas e opta por não categorizar sua sexualidade. Chegamos até essas entrevistadas a partir da visibilidade e notoriedade das mesmas na cidade de Maringá-PR e região. É importante salientar que apesar de todas as potencialidades da militância ciberativista já citadas, um dos limites se encontra no fato de que poucas mulheres periféricas e/ou que ainda não conhecem ou se interessam pelo feminismo utilizam os espaços *online*. Um exemplo disso é que todas as ciberativistas entrevistadas para este trabalho já conheciam o feminismo e já estavam envolvidas com ele de alguma forma. Portanto, para as entrevistadas neste contexto, o acesso às leituras, discussões, campanhas com uso de *hashtags* e outras situações,

teve a potencialidade de aprofundar conhecimentos prévios. Entretanto, essa potencialidade não é desprezada, pois conforme veremos nas páginas seguintes, o acesso primário aos feminismos em muitos contextos não bastou para a emancipação dessas mulheres. Ou seja, apesar das entrevistadas já terem contato com o feminismo, a maioria delas na universidade, o acesso posterior a partir do ciberativismo colaborou para aprofundar os conhecimentos. Ou seja, apesar das entrevistadas já conhecerem o feminismo e já se declararem abertamente feministas antes de atuarem no ciberespaço, foi nestes espaços *online* onde puderam aprofundar seus conhecimentos sobre a luta e a teoria, além de entrarem em contato com outras mulheres em situações nas quais o contato físico não era possível. Portanto, a partir disso é possível avançar no conceito de democratização no que diz respeito sobre o ciberespaço ter proporcionado a essas mulheres mais acesso à informação, sendo possível um maior aprofundamento e maior atuação no movimento feminista desta forma.

O ciberespaço como local de acesso à informação

Uma característica fundamental do ciberespaço é o rápido acesso e possibilidade de divulgação de informações. Nunca consumimos tanta informação, em tão pouco tempo e se deslocando tão pouco. Nunca antes meninas tão jovens afirmaram com consistência que são feministas. Lugar de fala, empoderamento, vertentes feministas, entre tantos outros temas estão sendo discutidos nestes espaços a nível local e também global. Define-se, nestes espaços, que todos os tipos de violência contra a mulher não podem mais ficar embaixo do tapete, a dicotomia público/privado é questionada. Surgem inúmeras campanhas, uso de *hashtags*, grupos e eventos no Facebook, blogs... Enfim, nunca informações sobre o feminismo e maneiras de colocar a luta em prática foram tão difundidas como hoje são. A própria ideia de campanha, que foi apropriada do uso publicitário, demonstra o potencial desta forma de ação política. Uma campanha com o uso de

hashtags tem como principal objetivo atingir um grande número de pessoas. Para isso, é utilizada uma linguagem simplificada e em textos curtos que resumem o que aconteceu de uma forma que chame a atenção. No *Twitter*, o aspecto curto e prático da linguagem chama a atenção para o fato sem que seja necessário ler mais profundamente sobre o tema, permitindo que em pouco tempo muitas pessoas já estejam cientes de um ocorrido de destaque. Realmente, em termos técnicos, não existe muita diferença entre a linguagem de uma campanha publicitária e uma campanha feminista nas redes sociais.

Todo esse acesso facilitado à informação também proporcionou que as ativistas produzissem seu próprio conteúdo em formato de informação. Um dos mais poderosos métodos de praticar a militância nos espaços *online* tem sido a aposta em elaborar discursos pessoais com base na própria experiência sobre determinado tema. Desta forma, o discurso é individualizado, pautado na vivência subjetiva de cada ativista e acaba encontrando nestes espaços outros discursos similares, de outras militantes, que passaram pelas mesmas experiências e assim se potencializa a comunicação nestes espaços (COSTA, 2018, p.44).

É importante salientar que pela questão do espaço disponível aqui, não é possível trazer trechos das falas das entrevistadas, portanto, traremos apenas breves reflexões sobre elas. As reflexões completas estão presentes na dissertação.

Mulher-Potente conseguiu se aproximar mais do feminismo negro e ter acesso às leituras sobre o tema, a partir de autoras feministas negras, que pouco tinha conhecimento até então através de materiais disponíveis no ciberespaço. Destaca-se aqui que, mesmo para algumas mulheres acadêmicas e com acesso às teorias feministas durante esse percurso, esse espaço por si só não tem bastado para preencher as lacunas das diversas demandas dentro do movimento. Sendo assim, mesmo com o primeiro acesso tendo acontecido dentro da academia, as redes sociais facilitaram o acesso para leituras complementares e mais avançadas sobre feminismo e suas intersecções. Como pontuado

diversas vezes no decorrer deste trabalho, o acesso ao feminismo de maneira universal é problemático e não contempla a maioria das mulheres. Sendo assim, muitas mulheres procuraram avançar em seus conhecimentos teóricos e práticos sobre o feminismo com a ajuda de materiais disponibilizados em redes sociais ou ainda, a partir de trocas realizadas com outras mulheres pelo ciberespaço.

É interessante pontuarmos que esse tipo de ação pode ser considerada uma ação coletiva para a emancipação das mulheres oprimidas. Devemos ter como base que a ação política se faz principalmente a partir da mobilização do coletivo, portanto, um portal como é o Blogueiras Negras e outros similares (sejam outros sites, grupos no Facebook, campanhas com o uso de *hashtags*, entre outros), atua a partir de ações como o compartilhamento de textos e vivências. As mulheres que os acessam provavelmente não teriam acesso em outros espaços ou não desta forma, sem grandes custos, sem deslocamento. Inclusive, existe um trabalho de tradução de textos que estão em outros idiomas, o que democratiza essas leituras. Uma parte das mulheres que possuem acesso à essas informações, inclusive podem não possuir acesso às leituras acadêmicas, desta forma, é também uma democratização do conhecimento teórico que excede os muros das universidades.

Bell Hooks pontua que a linguagem também é um local de luta. Isso porque as pessoas oprimidas utilizam dessa forma de expressão para recuperarem a si mesmas. É por meio dessas ferramentas também que muitas mulheres alcançam a emancipação. É quando, por exemplo, descobrem que estão passando por uma situação e se fortalecem para enfrentá-la. É neste momento que muitas podem se descobrir feministas e iniciar a sua atuação política no movimento (HOOKS, 2019, p. 78). Neste contexto, seja por meio da escrita ou da leitura, mulheres podem ter um processo de reencontro consigo mesmas, após terem sido negadas a ter acesso às suas próprias histórias. E esse é considerado um trabalho de libertação, no qual mulheres recuperam e reinventam suas histórias, não no individual, mas no coletivo.

Mulher-Força tem uma trajetória similar à de Mulher-Potente no que diz respeito às suas experiências com os feminismos na rede. Apesar de ambas já terem um contato prévio com o feminismo, o que muito provavelmente tenha ocasionado esse interesse em explorar mais, a internet foi um ambiente propício para que se encontrassem com novas informações, conceitos, práticas e outras mulheres com as quais puderam se identificar e trocar conhecimentos. Para ela, que é mãe de duas crianças pequenas, o ciberativismo é uma alternativa aos métodos convencionais de militância no que diz respeito ao tempo disponível. Para uma boa parte das mulheres, o tempo é uma variável de grande consideração no que diz respeito a se engajar em uma luta. Portanto, ao diminuir o tempo gasto, o ciberativismo apresenta uma grande potencialidade para diversos grupos de mulheres, especialmente se levarmos em conta a questão das jornadas duplas e até mesmo triplas que algumas têm.

As narrativas feitas pelas ciberativistas feministas recuperam com força tanto o poderoso slogan da segunda onda feminista "O pessoal é político", como também o conceito da terceira onda, batizada de "feminismos da diferença". Os aspectos da vida pessoal pesam para que as ativistas insiram a militância em suas trajetórias pessoais, portanto, o ativismo, nestes casos, vêm a partir de demandas ocorrentes na vida particular. É possível afirmar o mesmo sobre o conceituado feminismo da diferença. Afinal, ativistas não contempladas pela categoria universal mulher puderam fortalecer na rede, e não apenas nela, o conceito de interseccionalidade. Com isso, é necessário dizer que a rede funciona como um mecanismo que reúne informações e onde as ativistas, em conjunto, podem fortalecer esse movimento. Ou seja, esferas *online* e *offline* não podem ser vistas de maneira separada ou ainda, afirmar que existem barreiras muito nítidas entre elas. Essa barreira é fluída, afinal, os espaços *online* sempre refletem o que acontece fora deles, assim como os espaços *offline* também podem ter influência do que acontece no espaço *online*.

Para além do acesso facilitado à informação, o fator de encurtamento das distâncias geográficas interessam muito aos feminismos atuantes no ciberespaço. Principalmente quando pensamos em mulheres que provavelmente encontram dificuldades em se aproximar de outras mulheres fora da rede. E principalmente mulheres com as quais apresentam subjetividades similares. Mulheres em posições menos privilegiadas muitas vezes enfrentam a dificuldade da solidão ao alcançar espaços de poder, como por exemplo a universidade. Essa solidão está desde a falta de pessoas trans e negras nos espaços de poder, até a falta de ler teóricas trans e negras nesses espaços, por exemplo. Portanto, nas redes sociais se torna mais simples o processo de encontrar outras mulheres com quem compartilhar suas vivências, conhecimentos e suas vivências em geral. Visto que nenhuma luta se faz apenas na esfera individual, encontrar-se com outras mulheres dispostas a resistir em conjunto, fortalece essa luta.

Mulher-transgressora aponta em sua fala essa potência revolucionária da internet que reduz um pouco os efeitos da solidão. É nítido que o problema da solidão para mulheres dissidentes é uma questão muito complexa e estrutural, portanto ações a nível individual não eliminam o problema por completo. E também apenas o contato virtual não coloca fim na solidão profundas dessas mulheres em situações dissidentes, isso porque não se escapa da vida física longe das telas, o que esse apoio traz é um fortalecimento importante e a sensação de não estar totalmente sozinha.

Mesmo para mulheres que não estão na academia, conceitos oriundos de teorias feministas e outras, tornam-se mais acessível nesses espaços. É, de fato, uma maneira na qual as ativistas encontraram de extrapolar as barreiras da universidade e levar o conhecimento científico para outros espaços. (RIBEIRO; SILVA, 2019, p. 279)

Para além de todas as potencialidades citadas, é válido salientar que no presente momento, o conservadorismo vem avançando cada vez mais nas plataformas *online* e não apenas nelas. Desde a onda de

protestos de 2013, o crescimento da militância de extrema direita é muito preocupante no Brasil e tem sido objeto de reflexão de intelectuais da esquerda. As redes sociais tiveram um papel gigante no que diz respeito ao engajamento e mobilização, no que ficou conhecido como primavera brasileira (MORAES; SANTOS, 2013, p. 194). Já durante esses protestos houve uma grande divisão entre dois rumos de militância completamente opostos e o que começou como uma reivindicação contra o aumento no preço das passagens, declaradamente de esquerda, tornou-se uma disputa fervorosa entre esquerda e direita inédita após a redemocratização do país. Após estes protestos, nas eleições de 2014 essa grande polarização entre esquerda e direita começou a se mostrar ainda mais visível, sendo as redes sociais atuantes como dispositivos subjetivadores e o Facebook o mais notório dentre elas (BRUGNAGO; Vera CHAIA, 2014, p. 102). Foi nesse momento de disputa eleitoral que grandes embates aconteceram, o antipetismo se consolidou e os movimentos de extrema direita começaram a se radicalizar cada vez mais. Naquele momento, além da militância de extrema direita caminhar em direção ao cenário que temos hoje, o congresso nacional de 2014 foi o mais conversador desde 1964, ano do golpe militar, dentre eles personalidades conhecidas por declarações racistas, machistas e LGBTfóbicas (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p. 110). Destaca-se neste momento o fortalecimento do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, que em 2014 foi eleito com 464.572 votos, sendo o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro. Esse cenário ultraconservador nutriu ainda mais os conflitos já existentes com a polarização formada, o que em 2016 colaborou com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Faz-se necessário pensar a construção do cenário político atual relacionando à atuação dos movimentos sociais nos últimos anos para entendermos como é que chegamos ao resultado atual. O pensamento conservador se perpetua dia após dias e com o auxílio das redes sociais, já que apesar de ser um instrumento utilizado para o fortalecimento da democracia, também pode ser utilizado para o oposto. A grande disseminação de *fake news* favorece a perpetuação do ódio e do crescimento do pensamento conservador no Brasil. Juntamente a este

cenário, existe também uma resistência maior para que os discursos feministas sejam aceitos. Ao que parece, depois dos avanços conquistados pela primavera feminista em 2015, o campo de debate sobre o movimento passou a perder forças e concorrer com o conservadorismo nas redes sociais. Principalmente o crescimento da fé cristã pentecostal tem dificultado as ciberativistas de concretizarem seus discursos. Mulher-Resistência aponta para estes perigos em sua fala. Ela discorre também sobre a dificuldade de dialogar com mulheres de meia idade, por conta da influência da fé cristã e aposta no diálogo com mulheres mais jovens em sua militância online.

Diante do cenário conservador já pontuado, essa dificuldade tende a persistir ainda mais. No entanto, a militância feminista está articulando estratégias para combater essa limitação e continuar a luta pelo ciberativismo mesmo neste momento desafiador. Como pontuado pela entrevistada em sua fala acima, a promessa das gerações mais jovens e das que ainda estão por vir traz um fio de esperança, afinal, a luta sempre se faz no coletivo, a partir de estratégias que levem o feminismo cada vez para mais mulheres.

Considerações finais

Tendo em vista que o presente trabalho buscou analisar como ocorre a circulação de ideias feministas na rede, a partir da seleção de *tweets* e de entrevistas com ciberativistas de Maringá-PR e região, podemos fazer conclusões específicas sobre a amostra analisada e também sobre questões mais abrangentes. No que diz respeito a pesquisa empírica feita com as entrevistadas, podemos presumir que neste contexto, com essas mulheres em específico, já existia um conhecimento prévio sobre o feminismo, na maioria dos casos este contato ocorreu na universidade. Esse dado, no entanto, não diminui o potencial democrático do ciberativismo. Afinal, todas as entrevistadas neste contexto revelaram que as redes sociais auxiliaram no sentido de aprofundar conhecimentos, aliviar a solidão, construir vínculos com

outras ativistas e a persistir na luta em momentos que não poderiam estar presente de outra maneira. A democratização, ainda, vai além.

Já os *tweets* coletados forneceram material para outros tipos de reflexões. Foi possível compreender que embora desabafar nas redes sociais sobre casos de assédio e abuso sexual possa ser uma estratégia contra o silenciamento histórico imposto às mulheres, é preciso ter cautela. O momento atual é favorável a ataques misóginos, visto que o atual momento político do país influencia e normaliza discursos de ódio. Além disso, o presente trabalho também apontou no capítulo 3 que as redes sociais e outras plataformas *online* pouco ou nada têm feito para se responsabilizar pelos atos violentos que ali ocorrem. Ainda sim, podemos afirmar que muitas mulheres encontram voz e autorrecuperação (HOOKS, 2019, p. 81) ao disponibilizar suas vivências nas redes sociais. Percebemos com os *tweets* e com a bibliografia estudada que em muitos casos essas mulheres não procuram encontrar ou ainda punir um culpado, mas procuram fazer ouvir suas histórias que causam grande agonia quando permanecem em silêncio. Para muito além de procurar culpados ou se amparar nas leis punitivistas, presume-se que esses relatos são catárticos para quem vivenciou tais histórias. Alguns ainda são no sentido de alerta, para que não se repita com outras mulheres, com intuito de exercitar a sororidade. A sororidade por sua vez, um conceito amplamente discutido dentro do feminismo e muitas vezes visto como utópico, pode encontrar uma ponta sólida nestes casos. A intenção de alertar outras mulheres sobre um risco eminente tem sido recorrente nessa forma de ativismo. Solnit escreveu que o contrário do silêncio é a coragem.

Pensando no que o uso das *hashtags* propostas trouxe para o feminismo, podemos entender que se o movimento luta para que as opressões sejam vistas pela sociedade, *hashtags* e outras ações *online* trazem como proposta principal descortinar para a questão do assédio e do abuso sexual, temas antes muito pouco debatidos na esfera pública. O protagonismo das vítimas também é uma questão a ser levada em

consideração, visto que a luta contra o silenciamento se faz a partir da quebra do silêncio imposto durante séculos de opressão.

No entanto, compreendemos que a questão da democratização do feminismo é muito mais profunda do que permite o objeto de estudo avaliar. Pensar em democratização implica em pensar a estrutura como é e a nível estrutural é complicado pensar em uma mudança apenas a partir do que foi proposto neste estudo. Para que de fato aconteçam mudanças significativas é preciso que o movimento permaneça nutrindo um caráter de unidade, pois toda luta acontece em conjunto. Mesmo com as diferenças entre os feminismos e dos feminismos com outros movimentos sociais, a unidade da esquerda em certos momentos é primordial, se a luta é contra uma variedade de situações injustas que acontecem constantemente na sociedade. Tiburi nos alerta que a interseccionalidade dos movimentos sociais é feita a partir de lutas "junto com" (TIBURI, 2018, p. 55), ou seja, lutar pelo direito das mulheres é também lutar pelo direito da população negra, da população indígena, das pessoas trans. É preciso entender que a luta por direitos não se constrói na esfera individual, pois implica na construção de uma sociedade mais ética, é lutar por uma sociedade onde todas tenham espaço para existir, em conjunto. Lorde nos alerta que os movimentos de direita possuem uma unidade contra as populações minorizadas há tempos e portanto é preciso construir uma unidade também dentro dos movimentos de resistência, pois não é possível lutar apenas contra uma forma de opressão, afinal elas estão interligadas (LORDE, p. 1). Se considerarmos que não existe hierarquia de opressão, pois não se capitaliza o sofrimento, apesar de ser necessário atentar-se às opressões específicas de cada grupo, podemos perceber que precisam existir espaços para o diálogo dentro do movimento. Pensando nessas reflexões, nos damos conta que a luta pelo lugar de fala e contra o silenciamento pede a construção de um lugar de escuta, afinal, um não existe sem o outro. Dessa forma, é preciso reconhecer que quem ocupa lugares privilegiados, possui mais poder de fala e com isso é urgente que construa-se locais de escuta. As feministas ainda ouvem muito

pouco umas às outras. É através da construção de lugares de fala com equidade, da escuta ativa e dessas trocas que será possível construir um movimento mais ético, com espaço para o diálogo e potente para realizar transformações estruturais.

Referências

- AMPUJA, Marko. A Sociedade em Rede, o Cosmopolitismo e o "Sublime Digital": reflexões sobre como a História tem sido esquecida na Teoria Social Contemporânea. *Parágrafo*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 55-68, mar. 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. Extimidade: o fim da intimidade. *La Repubblica*, 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42263-extimidade-o-fim-da-intimidade>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, 15:5, p. 739-768, 2012.
- BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora revista de arte, mídia e política*, v. 7, n. 21, 2014.
- COSTA, Cristiane. A Nova Geração Política - Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 43-60.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Falo eu, professora, 79 anos, mulher, branca e cisgênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 241-251.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015 .
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MORAES, Thiago Pérez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha. Os Protestos no Brasil: um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira. *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, v. 9, n. 2, p. 193-306, 2013.
- PAIVA, Cláudio Cardoso de; SILVA, Irley David Fabricio da. Ciberativismo e democracia nas redes sociais. Um espaço de reivindicações e direitos. In: XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2013, Mossoró-RN. Anais Intercom. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0823-1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n. 6, p. 339-363, 2011.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Stephanie; SILVA, Cidinha Da. Os Feminismos da Diferença - Feminismo Negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 252-299.
- SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Schwarcz S.A, 2017.
- YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p.169-203, 2012.